

Ariosto Teixeira

A esperança de ACM

Os partidários de pena mais suave para os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda não se abalaram com a recomendação da pena máxima – a cassação do mandato –, indicada pelo relatório do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Jogo – O ambiente nos bastidores do Senado está dominado pela idéia de que a questão ainda não está decidida e os acusados de violação do painel de votação podem reverter o clima desfavorável, pró-cassação. A realidade, segundo observam senadores influentes, é que cresceu no plenário o sentimento de que os senadores ACM e Arruda merecem punição, mas com a ressalva de que a perda de mandato seria demasiada para o delito que cometeram.

O cenário em formação deve-se ao trabalho político que o PFL faz para salvar ACM. Não se trata, nesse caso, de um “acordão”, envolvendo os atores em geral da cena política, incluindo o Palácio do Planalto, e sim de um arranjo eleitoral do PFL com seções partidárias regionais representadas no Conselho de Ética.

O PFL tem 5 votos num

colégio de 15 eleitores. Faltam, portanto, 3 votos para construir a maioria. Além disso, Arruda é do conselho e voto a favor dos dois, mesmo que se abstenha.

O jogo é de alto risco. Para os acusados, tornou-se crucial vencê-lo nesta etapa. Se o processo for aberto a partir do relatório de Saturnino, ACM e Arruda terão a opção da renúncia, para preservarem pelo menos os direitos políticos, e a



ACM: empenho para escapar da cassação no Conselho de Ética

do risco da votação secreta no conselho na segunda fase do processo. Considera-se que a cassação seria inevitável na hipótese de a matéria transitar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e chegar ao plenário. Isto porque não haveria meio-termo

nessas esferas: ou a absolvição completa, que o plenário não deseja dar, ou a cassação, que o plenário tenderia a rejeitar, caso tivesse alternativa.

Para os liberais envolvidos no episódio, existe outro obstáculo a ser superado: o peso da opinião pública. Daí decorre a luta de ACM para que na próxima sessão o conselho aprove um voto em separado, recomendando apenas a abertura do processo. Estaria, assim, aberto o caminho para a aplicação de pena alternativa, como a suspensão temporária do mandato dos dois senadores. Desconsidera-se a reação popular. Em pouco tempo tudo estará esquecido, acreditam os carlistas.